

15. A AUTORIA EM REDAÇÕES NOTA MIL NO ENEM

Joseilda Martins de Jesus (UEFS)
joseildatec@gmail.com

RESUMO

No presente artigo, procuraremos observar, por meio da análise do discurso de linha francesa, como candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se constituem como autores em suas redações. Para tanto, buscamos relacionar os estudos da análise do discurso sobre autoria, atrelados às concepções de leitura, interpretação e escrita que subjazem tal princípio, refletindo sobre a noção de sujeito e da posição de autor, que se responsabiliza pelo seu dizer e pelos efeitos de fechamento do seu texto. Desta maneira, analisamos os textos motivadores que acompanham as propostas de redação do ENEM nos anos de 2011 e 2014, bem como os as redações dos candidatos que obtiveram nota mil nestas edições, buscando perceber indícios das formações discursivas dos textos motivadores na produção escrita dos sujeitos-candidatos. Nesse sentido, observamos que o candidato se constitui como autor utilizando paráfrases dos textos motivadores, o que pôde ser verificado com a constante repetição de sentidos presentes nestes textos nas redações que foram analisadas. Concluímos então que a paráfrase é legitimada no exame, na medida em que os sujeitos-candidatos obtiveram a nota máxima em seus textos.

Palavras chaves: Autoria. Textos motivadores. Formação discursiva.

1. Introdução

Estudar a autoria é algo extremamente relevante. Quando pensamos em autor, automaticamente nos vêm à memória os processos de ensino/aprendizado solidificados e reproduzidos diariamente nas escolas. O autor é nessa instituição, e na sociedade como um todo, um ser idolatrado, fonte única, criador, sábio, capacitado, pensante, e porque não, renomado e imortalizado. Não estamos com isso dizendo, diga-se de passagem, considerar tais adjetivos como errôneos. Queremos apenas tentar desmistificar o conceito de autor que se encontra generalizado, retirando-o do lugar de categoria inalcançável que o colocaram e o pondo na práxis da concretude, da análise da sua constituição e formação.

Podemos então nos perguntar: *O que é a autoria? De que autor estamos falando? Como pode um sujeito tornar-se autor?* Existe, por assim dizer, várias respostas para tais perguntas. Quando pensamos em autor nos remetemos à literatura, a filosofia, as ciências, as artes, as teorias e etc., pois são geralmente a estas áreas que a categoria de autor é associ-

ada. A autoria torna-se então um lugar de *status*, e visto nesse sentido, possuímos de uma maneira geral poucos autores.

Apesar dos estudos sobre a autoria terem surgido a partir da reflexão desta categoria de autor enquanto escritor, neste artigo nos deteremos na reflexão da categoria de autor enquanto posição discursiva. Ou seja, falaremos de um sujeito que ler, interpreta e que se coloca como unidade em seu dizer. Ele não projeta algo novo, na medida em que está preso na/pela ideologia, porém é um ser crítico que não recebe pacificamente os impérios da sociedade, mas os ressignifica, extrapolando os sentidos historicamente solidificados para formular outros dizeres.

Assim podemos dizer que esse sujeito-autor do qual trataremos, deva se constituir na/pela escola, durante o processo de escolarização, culminando voluntariamente na leitura e produção textual de caráter autoria, que é ao mesmo tempo significativa e inovadora. Espera-se então que no decorrer das páginas que se seguem, possamos não somente falar deste autor, mas de fato refletir sob a ótica da análise do discurso de linha francesa e dos estudos já realizados sobre o assunto, como se dá esta imprescindível função nas redações nota mil no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

2. A noção de sujeito

Nos estudos feitos a partir da análise do discurso de linha francesa, se faz imprescindível apresentar a noção de sujeito. Este, por sua vez, é visto dentro desta corrente teórica como um ser ideológico, marcado pela/na ideologia¹, inscrevendo nela o seu dizer. Dentro desta perspectiva, é preciso que as palavras já tragam consigo determinados significados para que possam fazer sentido no que é dito. Desta maneira concordamos de que “não há sujeitos sem ideologia”. Toda e qualquer posição que por ventura o sujeito ocupe é marcada pela ideologia das formações discursivas² e ideológica³ da qual os sujeitos fazem parte.

¹ O conceito de ideologia será aqui entendido tal qual o concebe Fiorin (1997, p. 28), ou seja, como um “conjunto de ideias” e “representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens”.

² Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (PÊCHEUX, 1995, p. 160/161)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Assim sendo, o sujeito não é um ser empírico e individual. Ele possui como característica básica o assujeitamento. Quando se diz que sujeito é assujeitado, não se está afirmando que ele seja passivo. Segundo Orlandi (2012a, p. 40) o sujeito é assujeitado porque “[...] é ao mesmo tempo livre e submisso, pode tudo dizer, contanto que se submeta a língua [...]”. Ou seja, ele não é totalmente livre para dizer o que quer, e não controla os sentidos do que diz, uma vez que sempre enuncia a partir de um já dito, ou seja, através do interdiscurso⁴, que de acordo com Orlandi (2012) é aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente tornando possível todo dizer. Dessa forma, o sujeito é constituído a partir da relação com o outro, nunca sendo fonte única do sentido, tampouco elemento onde se origina o discurso.

A definição de discurso faz-se então imprescindível, pois ela é a base para entendermos a relação de produção e circulação de sentidos. Segundo Pêcheux (1969, p. 82) o discurso é “[...] um efeito de sentido entre os pontos A e B”, pontos entendidos como os lugares ocupados pelos sujeitos. É na relação entre as posições ocupadas pelos sujeitos dentro do jogo discursivo que os sentidos entram em circulação. Ou seja, isso implica uma dimensão social e exterior a língua, pois pressupõe a relação entre os sujeitos, a língua, a história e a ideologia. Desta maneira podemos considerar o sujeito como:

[...] materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e a história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não se submeter á língua e a história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (ORLANDI, 2012a, p. 49)

Segundo Pacífico (2012, p. 19) “o sujeito pode ocupar várias posições”. Estas posições são determinadas por representações imaginárias, e são, portanto, inconscientes e representadas pela estrutura socioeconômica, e também, ideológica, que faz parecer natural o sujeito produzir determinados discurso de uma maneira e não de outra. Assim, entendemos

³ Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente. (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 166)

⁴ Em sua definição, o interdiscurso é o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer. Para que nossas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido. (ORLANDI, 2012c, p. 59)

que a autoria, objeto deste estudo, é uma dentre tantas posições que o sujeito pode ocupar.

[...] O sujeito para a análise do discurso é heterogêneo, cindido, dividido e, ao ocupar o lugar de autor, ele se filia a determinada formação discursiva com a qual se identifica e, movimentando-se por ela, tentando controlar a heterogeneidade que o domina e, por isso mesmo, às vezes, migrando, coerentemente, para outras formações discursivas, ele produz seu dizer. (PACÍFICO, 2013, p. 19)

A primazia da autoria dar-se então pelo fato do sujeito, enquanto produtor de linguagem, colocar-se de maneira ilusória como fonte, origem e detentor de suas palavras e significação. Esta é sem dúvida uma das características da autoria que buscaremos refletir mais adiante.

3. A autoria

3.1. “O que é um autor?”

Esta foi exatamente a mesma pergunta feita por Foucault em 1969, quando este se propôs a desenvolver tal princípio. Na conferência *O que é um autor?* O filósofo aborda o declínio da autoria, entendendo-a como uma função na qual há uma relação entre autor e obra. O desaparecimento, por assim dizer, do autor, já vinha sendo tratada por Barthes em 1968, quando em seu ensaio *A morte do autor*, o filósofo considera o declínio deste “personagem” para dar lugar ao escritor, ou *scriptor* como ele mesmo considera. Notemos que tanto para Barthes (2004) como para Foucault (2001), a posição de autor é discursiva, uma vez que é construída “[...] a partir de um conjunto de textos ligados a seu nome, considerado um conjunto de critérios, dentre eles sua responsabilidade sobre o que põe a circular, um certo projeto que se extrai da obra e que se atribui ao autor etc. [...]”. (POSSENTI, 2002, p. 107)

Segundo Foucault (1996, p.28/29) “o indivíduo que se põe a escrever um texto nos horizontes do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função de autor”. Porém, como o próprio filósofo aborda, não basta escrever um texto para se tornar um autor. Ele não deve ser entendido como um “[...] indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas [...] como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de sua significação como foco de sua coerência”. (FOUCAULT, 1996, p. 26)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A ideia foucaultiana de autor equivale à ideia de escritor, uma vez que a autoria é identificada a partir de dois elementos: a obra e a escrita, permitindo o desdobramento de diversos *eus*. Foucault ainda afirma que há textos que não têm autor, neste sentido, uma carta particular ou um contrato, por exemplo, teriam respectivamente um signatário e um fiador, mas não um autor. Ainda segundo ele “[...] a função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade [...]”. (FOUCAULT, 2006, p. 274)

Entendemos com Orlandi (2012) que o autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações que se coloca responsável pelo texto que produz, pois é da representação do sujeito como autor que mais se cobra a ilusão de ser a origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social.

O que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz [...] ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido. Como ele interpreta o que interpreta. (ORLANDI, 2012, p. 97)

Nesse caso, percebemos que enquanto Foucault (1996) equipara a noção de autor a de escritor, Orlandi (2012) a desloca, considerando-a como uma posição que pode ser ocupada por qualquer sujeito que se coloque como responsável e origem do seu dizer. Ou seja, a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação que se constrói, e ao mesmo tempo é construída por ela. Sendo assim, todo texto é um efeito dos gestos de leitura e interpretação do autor. Ainda segundo Orlandi (2012c, p. 22) “[...] O sujeito é a interpretação [...]”. É então nos diferentes movimentos pela busca de sentidos que ele se significa, se submetendo dessa forma a ideologia.

[...] É a função que [o] eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio histórico – e mais afetadas pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc. Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. Se o sujeito é opaco e o discurso não é transparente, no entanto o texto deve ser coerente, não-contraditório e seu autor deve ser visível, colocando-se na origem de seu dizer. (ORLANDI, 2012a, p. 75)

Pacífico (2012) também trata da noção de autor, apontando que este é o lugar da incompletude da linguagem, já que está é uma posição

marcada pela “[...] possibilidades de movimento do sujeito na produção e leitura dos textos, é não estabelecer limites, é saber que as ‘bordas’ da significação transbordam e se mesclam com outras regiões de sentido [...]”. Logo, compreendemos que a leitura e a interpretação tornam-se basilares para o trabalho com a autoria.

Dentre outros estudos a cerca da autoria podemos citar o trabalho de Gallo (1992, p. 58), para quem “[...] a assunção de autoria pelo sujeito (função-autor) consiste na assunção da construção de um sentido e de um fecho, organizadores do texto. Este fecho produzirá um efeito de sentido único [...]”. O controle e direcionamento dos sentidos como sendo novo e inédito são aqui fundamentais para o estabelecimento da autoria. Através do esquecimento, o sujeito se apropria de um dizer e torna-se ilusoriamente a origem da significação de suas palavras e de seu texto. Outra característica que podemos elucidar do autor é o efeito de fechamento de seu texto, pois conforme Tfouni (2001, p. 3) “[...] o sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando “amarrar” a dispersão que está sempre virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua [...]”.

Entendemos ainda com Possenti (2002, p. 112), que “[...] alguém se torna autor, quando assume, sabendo ou não, fundamentalmente duas atitudes: dar voz a outros enunciadores e manter distância em relação ao próprio texto [...]”. Ou seja, deve manter certos graus de distanciamento com seu texto, crendo desta maneira que está pensando de maneira própria, o autor acaba tornando-se porta voz das formações discursivas em que está filiado.

Ainda segundo Coracinni (2007, p. 17), “[...] o sujeito é uma construção social e discursiva em constante elaboração e transformação [...]”. Visto dessa maneira, a autoria que tem como produto final o texto, é altamente relevante pois elucida os diferentes modos de funcionamento da linguagem e destes com as formações discursivas e o contexto sócio histórico em que os discursos são gerados.

4. O exame nacional do ensino médio

Trazendo para o centro de nossas reflexões a autoria, faz-se necessário apresentar uma caracterização do nosso objeto de estudo, pois suas implicações educacionais representam também uma caracterização social e histórica no cenário brasileiro.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O Exame Nacional do Ensino Médio é uma prova não obrigatória realizada a partir do ano de 1998 pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cujo objetivo consiste na verificação do domínio de competências e habilidades dos estudantes que concluíram o ensino médio.

Atualmente o ENEM substitui o vestibular de algumas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas através do SISI (Sistema de Seleção Unificada) e do PROUNI (Programa Universidade para Todos), cujos critérios de seleção são as notas dos candidatos feitas no exame. Estes, por sua vez, precisam fazer no mínimo 480 pontos na prova objetiva e não zerar a redação, o que implica automaticamente na eliminação do candidato. Vejamos então a sua matriz de referência:

- I. Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
- II. Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- III. Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- IV. Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- V. Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

(Manual de Capacitação para Avaliação das Redações do ENEM, 2013, p. 21)

Para cada uma destas competências o candidato poderá tirar uma nota de 0 a 200. Assim, o texto que atender a todos esses pré-requisitos, somará um total de 1000 pontos na média final da redação, tornando-se um texto com um excelente padrão referência.

4.1. A redação no ENEM

Desde a sua primeira edição até a mais recente em 2014, o ENEM exige que o candidato construa um texto dissertativo-argumentativo sobre um determinado tema. Este tipo de texto é definido pelo exame como:

[...] aquele em que se apresenta e se defende uma ideia, uma posição, um ponto de vista ou uma opinião a respeito de determinado tema. Assim, o texto é argumentativo porque o objetivo é a defesa, por meio de argumentos convin-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

centes, de uma ideia ou opinião; e dissertativo porque se estrutura sob a forma dissertativa — proposição, argumentação e conclusão. (MANUAL DO AVALIADOR, 2013, p. 14 – grifo nosso)

Podemos ver que esta estrutura tipológica segue um modelo padrão fixado pela sociedade e implantado na escola, ou seja, como um molde que deve ser seguido. Nela o sujeito deverá representar-se enquanto autor de seu texto, adequando-se a uma estrutura fixa e determinada, na qual faz parte o rigor em apresentar uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. Ainda podemos citar como um dos critérios do texto argumentativo o limite de linhas (mínimo 25 e no máximo 30) e de parágrafos (mínimo 3 e no máximo 5). Tudo isso deve ser levado em consideração, pois nossas análises e os recortes que se seguirão partem desta estrutura pré-estabelecida.

Entendendo com Pacífico (2012) de que para produzir um texto de caráter dissertativo-argumentativo o sujeito deva necessariamente estabelecer a autoria, ou seja, responsabilizando-se pelo seu dizer e pelo efeito de fechamento de seu texto, pondo-se como unidade e origem de suas significações.

[...] o princípio de autoria funciona como condição necessária para a produção do texto argumentativo; portanto, o sujeito que conseguir construir um texto argumentativo atendendo às exigências desse tipo de produção textual, assumir, de acordo com nosso entendimento, a posição de autor. (PACÍFICO, 2012, p. 145)

Além de uma tipologia definida, as propostas de redação sempre vêm acompanhadas de uma coletânea de textos motivadores, que segundo o Guia do participante do ENEM (2012, p. 29), são “[...] em geral, dois textos em linguagem verbal e um em linguagem não verbal (imagem), que remetem ao tema proposto, a fim de orientar a reflexão”.

É importante destacarmos que apesar de mantermos a nomenclatura de textos motivadores adotada pelo exame, a análise do discurso não considera a existência de sentido único e pronto. O texto⁵ é visto nesta perspectiva teórica como o lugar do jogo de sentidos, do trabalho com a linguagem, do funcionamento da discursividade. Ele é o próprio trabalho

⁵ [...] O texto visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer). (ORLANDI, 2012c, p. 54)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

da interpretação (ORLANDI, 2012c), que ao ser atravessado por vários discursos, torna-se um objeto que além de linguístico é histórico.

Dessa maneira, ao se proporem orientar a reflexão, os textos motivadores podem gerar determinados fechamentos de sentidos, pois é a partir deles que os candidatos partem para interpretar o tema da redação. Diante disso a relação do sujeito-candidato pode ser de passividade, já que a ele cabe apenas resgatar os sentidos pré-estabelecidos e colocá-los em seu texto. Nesta conjuntura, busca responder a eloquente pergunta: “*o que o texto quer dizer*”, ou melhor, “*o que o ENEM quer dizer com esses textos*”. Nesta conjuntura, o trabalho com a interpretação é limitado, quando na realidade ela deveria seguir o caminho inverso. Ou seja, o importante não é o QUE o texto significa, mas COMO ele significa.

Ainda segundo os mecanismos adotados pelo exame, os candidatos podem “[...] inspirar-se nos textos motivadores, mas sem copiá-los, pois eles devem ser entendidos como instrumentos de fomento de ideias [...]” (Guia do participante, 2012, p. 29). Mantendo o pressuposto adotado por Orlandi (2012), de que as leituras são reguladas a depender do contexto, dos objetivos e das condições de produção que as envolvem. Podemos percebermos que pesar de terem substituído o verbo “orientar” por “inspirar”, os textos motivadores continuam funcionando como reguladores de sentidos.

Quando adotamos a concepção de que os sujeitos não são livres para dizerem o que querem, pois estão presos às formações discursivas, podemos afirmar que a leitura também não é livre, mas regulada segundo os mecanismos de paráfrase, que “[...] se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) de um sentido que se supõe ser o do texto”. E pelo mecanismo da polissemia que “[...] se define pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto” (ORLANDI, 2012b, p. 12). Seria, pois, no jogo entre a paráfrase e a polissemia que o mesmo e o diferente se constituem. No mesmo (paráfrase) o sujeito não se desloca, apenas repete. Por outro lado, a possibilidade do novo não significa que ele já não exista, pois todo dizer surge do interdiscurso. A maior diferença que podemos destacar entre a paráfrase e a polissemia é que na polissemia o sujeito se coloca em um lugar de desconfiança, ele relaciona os sentidos com outros discursos sócio historicamente construídos e com isso constrói outros dizeres, mas nunca estão fora de uma determinada ideologia.

As redações do ENEM se constituem, assim, como diferentes gestos de leitura e interpretação realizadas pelos candidatos com os textos

motivadores. Destro deste princípio, a polissemia se dará a partir das relações que se fazem com as outras leituras e interpretações feitas por eles ao longo de suas vidas, realizadas tanto dentro quanto fora do ambiente escolar⁶.

4.2. Análise das redações

A metodologia de análise que adotaremos se dará através de recortes. Este por sua vez, é entendido tal qual o postula Orlandi (1984, p. 14), “feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia”. Dessa forma, o recorte torna-se uma unidade discursiva que representa fragmentos correlacionados de linguagem e situação, que variam de acordo aos nossos objetivos e conforme o alcance das nossas análises.

Dentre as edições do ENEM, nos deteremos em analisar as propostas de redação e os textos nota mil⁷ dos anos de 2011 e 2014, pois os temas destes dois períodos deram maiores aberturas para a realização de uma leitura e interpretação polissêmica e, por conseguinte, o estabelecimento da autoria. Além disso, os recortes feitos a partir das análises nos permitem estabelecer uma comparação entre este período, verificando como ocorreu a autoria no decorrer destes três anos.

Aos nos determos as marcas linguísticas em que se iniciam as propostas de redações, verificaremos que o exame solicita que a leitura seja feita da seguinte forma:

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação (ENEM 2011).

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação. (ENEM 2014 – grifo nosso)

A partir destas marcas linguísticas, podemos perceber em um primeiro momento elas sugerem a permanência aos textos motivadores,

⁶ Orlandi (2012-b) trata desta questão no livro: *Discurso e leitura*. No capítulo "As histórias das leituras", a autora afirma que "toda leitura tem sua história" compreendendo-as como as diversas leituras feitas pelo sujeito ao longo de sua vida.

⁷ A redação nota mil do ano de 2011 está disponível no guia para a redação no ENEM 2012. Já a redação da edição de 2014 encontra-se presente nos sites do jornal *O Globo* e do *G1*. Além das referências supracitadas que podem ser vistas no final do artigo, os textos completos também se encontram aqui anexados.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

evidenciando um controle na produção de sentidos. Pois, existe uma relação social de poder entre estes enunciados que tomados pela ideologia que os domina, direcionam as possibilidades de interpretação. Isso pode ser reafirmado quando Pacífico (2012) nos aponta que para argumentar o sujeito precisa necessariamente de leituras, pois é através delas que ele poderá construir seu ponto de vista sobre determinado assunto. Nesta situação, “[...] se torna difícil para o aluno ser autor de seus textos, tentar controlar um sentido que ele não pode construir, pois o sentido permitido já está construído, é preciso apenas reproduzi-lo” (PACÍFICO, 2012, p. 81). Há então uma interdição a determinados sentidos e não outros, e estes precisam ser capturados pelo leitor. Vistos desta maneira, os textos motivadores funcionam como um discurso do tipo autoritário⁸, compreendendo-o tal qual o concebe Orlandi (2012a, p. 86), como “[...] aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também suas relações com o interlocutor [...]”. Neste caso o candidato fará tanto uma leitura como uma interpretação parafrástica.

Por outro lado, as marcas linguísticas que se seguiram também sugerem que o candidato estabeleça relações com outras leituras realizadas ao longo da sua formação. Ou seja, nesta situação é necessário que ele faça uma leitura polissêmica, em que é necessário fazer uma relação com outros sentidos.

A polissemia é o conceito que permite a tematização do deslocamento daquilo que na linguagem representa o garantido, o sedimentado. Esta tensão básica, vista na perspectiva do discurso, é a que existe entre o texto e o contexto histórico-social: porque a linguagem é sócio-historicamente construída, ela muda; pela mesma razão, ela se mantém a mesma. Essa é a sua ambiguidade. (ORLANDI, 2012b, p. 25)

Por ser ambígua a linguagem é um emaranhado de possibilidades, dentre as que buscamos verificar, percebemos que as propostas de redação caminham em dois sentidos, entre a paráfrase e a polissemia. Para que possamos verificar melhor quais entre as possibilidades de dizeres e sentidos os candidatos optaram por construir seus textos, vejamos as análises que se seguem.

⁸ Orlandi (2012b, p. 32) considera ainda mais dois tipos de discurso: o polêmico em que apresenta um equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase, havendo assim a possibilidade de mais de um sentido e a polissemia é controlada. E o discurso lúdico, aquele que tende para a total polissemia.

4.3. ENEM 2011: viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado

O tema da proposta de redação do ENEM 2011, *Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado*. Baseou-se em uma discussão atual para a época, visto ter sido este período marcado pela expansão das redes sociais na internet, e por ventura a adesão maciça de novos internautas a estas novas modalidades de relacionamentos. Acompanharam a proposta de redação, três textos motivadores.

Liberdade sem fio

A ONU acaba de declarar o acesso à rede um direito fundamental do ser humano – assim como saúde, moradia e educação. No mundo todo, pessoas começam a abrir seus sinais privados de *wi-fi*, organizações e governos se mobilizam para expandir a rede para espaços públicos e regiões onde ela ainda não chega, com acesso livre e gratuito.

ROSA, G.; SANTOS, P. *Gallieus*. N° 240. jul. 2011 (fragmento).

A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo *on-line* em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. "Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar numa rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado", acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.Life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para disseminar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <http://www.terra.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011 (adaptado).



DAI-MFR, A. Disponível em: <http://malvarcos.wordpress.com>. Acesso em: 30 jun. 2011

(BRASIL, 2012, p. 27/28)

Na redação analisada, podemos perceber através do recorte que se segue, que o candidato já inicia seu texto retomando os sentidos presentes no primeiro texto motivador “Liberdade sem fio”.

Recorte 1

"A crescente popularização do uso da internet em grande parte do globo terrestre é uma das principais características do século XXI. Tal popularização apresenta grande relevância e gera impactos sociais, políticos e econômicos na sociedade atual".

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O candidato não argumenta, não formula um dizer para posicionar-se frente a discussão que se propõe, mas reproduz com outras palavras, a expansão da internet e os impactos que isso vem gerando. Sentidos estes já presentes no primeiro texto motivador.

Ao iniciar o desenvolvimento, o candidato parafraseia sobre forma de questionamento, a pergunta do tema da redação.

Recorte 2

"Um importante questionamento em relação a esse expressivo uso da internet é o fato de existir uma linha tênue entre o público e privado nas redes sociais".

Ao invés de responder a pergunta formulada, o candidato parafraseia as ideias presentes no segundo texto motivador, "A internet tem ouvidos e memória", para extrair dele os argumentos do seu texto.

Recorte 3

"Estas (as redes sociais), constantemente são utilizadas para *propagar ideias, divulgar o talento de pessoas até então anônimas*, manter e criar vínculos afetivos, mas, em contrapartida também podem expor indivíduos mais do que o necessário, em alguns casos agredindo a sua privacidade". (acrescido).

No exemplo acima podemos ver nitidamente que o candidato repete de maneira literal os sentidos do segundo texto motivador, inclusive utilizando os mesmos termos para tenta reproduzir os argumentos como se fosse seus. É importante destacarmos que ao repetir esses sentidos, o candidato também emite uma opinião, mas uma opinião baseada na repetição e não no rompimento das ideias presentes nos textos motivadores. O candidato deixa então de assumir a responsabilidade por um dizer, pois apenas reproduz.

A partir de então os dois parágrafos que se seguem são para exemplificar este aspecto positivo e negativo das redes sociais. Apesar de o candidato inserir nestes parágrafos elementos novos para poder exemplificar. Eles nada mais são do que o reforço destes dois aspectos da internet. Assim, como o texto motivador, o candidato não toma posicionamento, mantém-se na zona da neutralidade, oscilando ora favorável, ora contrário a estes aspectos, exatamente como o texto. Os exemplos trazidos pelo candidato servem apenas para exemplificarem os sentidos que já estão postos. Ele não argumenta contra ou a favor, não questiona os sentidos, fica a deriva entre os aspectos favoráveis e negativos. Isso faz com

que a redação perca o seu caráter argumentativo, já que os argumentos em questão não são próprios, mas do autor do texto motivador.

Na conclusão o candidato recorre novamente à paráfrase do segundo texto motivador.

"Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social". (BRASIL, 2012, p.27/28).

Em seu texto ocorre a seguinte paráfrase:

Recorte 4:

"[...] é necessário que haja uma conscientização por parte dos internautas de que aquilo que for uma utilidade pública ou algo que não agrida ou exponha um indivíduo pode e deve ser divulgado. Já o que for privado e extremamente pessoal deve ser preservado e distanciado do mundo virtual, que compartilha informações para um grande número de pessoas em um curto intervalo de tempo". *Dessa forma*, situações realmente desagradáveis no incrível universo da internet serão evitadas".

Percebe-se que o candidato retoma novamente os dizeres em conformidade com os sentidos do trecho do texto motivador. Para dar uma ideia conclusiva e um efeito de fechamento de seu texto, utiliza o conectivo *dessa forma* para dar uma ideia de conclusão. Porém o que foi visto ao longo de toda a redação, foi a repetição de sentidos presentes nos textos motivadores, feitos mediante a paráfrase. Isso impossibilitou com que o sujeito se posicionasse com argumentos próprios, defendendo assim o seu ponto de vista. Ao invés disso ele deixa de instaurar outros dizeres, para dar lugar as defesas dos argumentos presentes nos textos motivadores da proposta de redação. É importante destacarmos também o fato de que entre os três textos motivadores, o candidato optou apenas em retomar os sentidos dos textos verbais. Em nenhum momento ele retoma a tirinha. Acreditamos que isso se deva ao fato de que a tirinha esteja mais aberta a outros sentidos, outras interpretações, devido a superfície linguística e não linguísticas retomadas através das imagens. Ao optar pelos textos verbais, percebemos que o candidato busca atribuir um único aos textos motivadores para em seguida utilizá-los em sua redação.

4.4. ENEM 2014: publicidade infantil em questão no Brasil

O tema da proposta de redação do ENEM 2014, *Publicidade infantil em questão no Brasil*. Três textos motivadores a acompanharam, dois verbais e um não verbal. A distribuição desses textos na proposta merece nossa atenção. Isso dar-se, pois se nos atentarmos para a forma

pela qual eles seguem, perceberemos de que eles poderiam ser seguidos como forma de padrão estrutural para uma dissertação do tipo dissertativa. Em um primeiro momento apresentando o tema, em um outro exemplificando e por último apontando soluções. Vejamos com mais nitidamente este aspecto.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem "a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço" e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. *A publicidade infantil deve ser proibida?* Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

TEXTO II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, cliente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. *A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil*. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

(BRASIL, 2014, p.2).

Esta estrutura também pôde ser notada na redação aqui analisada. Apesar do candidato inicia bem seu texto trazendo sentidos que não estão presentes nos textos motivadores, ele acaba retomando alguns sentidos do primeiro texto motivador ao determinar que não há um controle sobre a propagandas dirigidas ao público infantil. Isso pode ser visto no recorte que se segue.

Recorte 1:

“[...] é preciso atenção por parte dos consumidores para analisar e selecionar que tipos de propagandas são fidedignas, e no caso de publicidade direcionada a crianças e adolescentes, essa medida nem sempre é possível”.

No desenvolvimento, verificamos que o candidato faz uma paráfrase do segundo parágrafo do primeiro texto motivador. Retomando os sentidos que nele estão reproduzidos:

[...] a resolução estabelece como abusiva toda a propaganda dirigida à criança que tem "a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço" e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças [...]. (BRASIL, 2014, p. 2)

Recorte 3:

[...] os *elementos persuasivos* da propaganda têm grande influência no pensamento dos indivíduos da Primeira Idade, já que *personagens infantis, brinquedos e músicas conhecidas por eles* estimulam uma ideia positiva sobre o produto ou serviço anunciado, mas não uma análise do mesmo. Infere-se, assim, que a utilização desses recursos é abusiva, uma vez que se vale-se do fato de a criança ser facilmente induzida e do apego às imagens de caráter infantil, considerando apenas o êxito do objetivo da propaganda: *persuadir* o possível consumidor.

O candidato estabelece o mesmo dizer, parafraseando o texto, inclusive colocando as mesmas palavras, como é o caso do verbo persuadir, que aparece duas vezes na redação, do adjetivo abusivo. Podemos notar que as substituições entre o texto motivador e a redação foram feitas da seguinte forma: desenhos animados/personagens infantis, bonecos/brinquedos, trilhas sonoras com temas infantis/músicas conhecidas por eles. E em “*Infere-se, assim, que a utilização desses recursos é abusiva*”, por “*A resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança*”.

Assim, compreendemos, com Orlandi (2012a, p. 54), que os sentidos não fluem e o sujeito não se desloca. “Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera”. O candidato então estaciona em um único sentido, fazendo o chamado efeito papagaio, ou seja, aquele que só repete.⁹ No recorte que se segue, ainda no desenvol-

⁹ Orlandi (2012a, p. 54) propõe a distinção entre três formas de repetição:

1. A repetição empírica (mnemônica) que é do efeito papagaio, só repete;

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

vimento, podemos perceber de que o candidato o constrói fazendo uma espécie de resumo do primeiro texto motivador:

Recorte 4:

[...] observa-se que as ações do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) são importantes, porém insuficientes nesse quesito. O CONAR busca, entre outros aspectos, impedir a veiculação de propagandas enganosas, porém respeita o uso da persuasão. Assim, ao longo dos anos, pode-se perceber que o CONAR não considera o apelo infantil abusivo e permitiu a transmissão de propagandas destinadas ao público infantil, já que essas permanecem na mídia. Diante desse raciocínio, é possível considerar a resolução do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) válida e necessária para a contenção dos abusos propagandísticos evidenciados.

Na conclusão ele reafirma a necessidade da família e da escola no processo de construção da autonomia da criança em diferir produtos que sejam de reais necessidades ou não para o consumo. As mesmas ideias presentes no terceiro texto motivador, que como já foi dito anteriormente, já trás consigo uma ideia conclusiva sobre a questão, ao apontar que: “Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos”. Em consonância com este sentido o sujeito reproduz dizendo:

Recorte 5:

[...] a família e o sistema educacional brasileiro devem proporcionar às crianças uma educação relacionada a questões analíticas e argumentativas para que, já na adolescência, possam distinguir de maneira cautelosa as intenções dos órgãos publicitários e a validade das propagandas. *Dessa forma*, será possível conter os abusos e estabelecer justiça nesse contexto.

Podemos perceber ainda neste último parágrafo o uso novamente do mesmo conectivo presente na redação anterior. Aqui novamente ele é utilizado para dar uma ideia conclusiva sobre o assunto, um fechamento. Porém o fechamento do texto não é feito de maneira própria, visto serem estes uma paráfrase do terceiro texto motivador.

2. A repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo;

3. A repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.

5. Considerações finais

A partir das redações selecionadas, observaremos que a autoria se processa através da repetição de sentidos dos textos motivadores, fazendo com que o leitor fique na zona da paráfrase e não ocupe efetivamente a função de autor. Por outro lado, esta repetição parece ser legitimada pelos avaliadores das redações, pois como pudemos verificar, este mecanismo rendeu, em ambos os casos, a nota máxima para os textos em questão.

Acreditamos que se torna difícil para o candidato estabelecer-se enquanto autor de seu texto, pois o aluno é, na maioria das vezes, condicionado a repetir sentidos. A escola legítima e reproduz constantemente atividades em que essas situações são verificadas, quando privilegia a ideia de sentido único, quando não aceita a interpretação feita pelo aluno, que silenciado, dá lugar às formações discursivas presentes no livro didático, que por sua vez materializam a ideologia dominante.

Poucos, se não raros, são os momentos em que o aluno é convidado a produzir textos, ainda mais ocupar a posição de autor. Pois em consonância com Pacífico (2012), acreditamos que [...] a escola não trabalha com a análise e com a construção do discurso, dos sentidos, com a interpretação de textos como leitura polissêmica, mas sim [...] como leitura parafrástica; que o aluno esteve em contato, durante o ensino fundamental e médio, com o estudo de descrição linguística e não o estudo do funcionamento da língua em discurso.

Assim, as paráfrases encontradas nessas redações, podem ser entendidas como a reafirmação da leitura feita no ensino médio, a qual deve resgatar as ideias presentes na ideologia dominante. Desta maneira, torna-se difícil para o candidato ocupar a posição de autor, responsabilizando-se pelo seu dizer, tendo em vista que ele nunca ocupou este lugar, pois a escola, local onde se deveria oportunizar este deslocamento, legítima a escrita de um sentido único, fixado e parafrástico.

Desta forma, creditamos que os candidatos não conseguiram estabelecer o seu dizer, realizando paráfrases dos textos motivadores, pois não foi-lhe permitido ocupar a posição de autor, tanto pela escola, como também pelos mecanismos adotados pelo ENEM, que além de dar pistas através das marcas linguísticas que estabelece que os candidatos devem basear-se na leitura dos textos motivadores. Legítima este tipo de interpretação através da nota mil. Pois foi justamente esta pontuação máxima que os textos aqui analisado obtiveram no ENEM.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos do estado (AIE/Louis Athusser). Trad.: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augustos Guilhom Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BRASIL. *A redação no ENEM 2012*: guia do participante. Brasília: MEC, 2012.

_____. *A redação no ENEM 2013*: guia do participante. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. *Exame nacional do ensino médio*: caderno do segundo dia. Brasília: MEC, 2014.

_____. *Manual de capacitação para avaliação das redações do ENEM 2013*. Brasília: MEC, 2013.

CORACINI, Maria José. *A celebração do outro*: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FERNANDES, Claudemar Alves. *Análise do discurso*: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. O que é um autor? In: _____. *Ditos e escritos*: estética – literatura e pintura, música e cinema 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-315.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1997.

GALLO, Solange Leda. *Discurso da escrita e ensino*. São Paulo: Unicamp, 1992.

HEINE, Palmira. *Tramas e temas em análise de discurso*. Curitiba: CRV, 2012.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>>. Acesso em: 10-11-2014.

ORLANDI, Eni, P. Segmentar ou recortar? *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012-a.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2012-b.

_____. *Discurso e texto*. São Paulo: Pontes, 2012-c.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Pontes, 2012-d.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. (Org.). *Professos e autoria: interpretações sobre o ler e escrever*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.

_____. *Argumentação e autoria nas redações de universitários: discurso e silêncio*. Curitiba: Appris, 2012.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectiva. In: GADET; HAK. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso, uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1995.

PFEIFFER, Claudia Regina Castellanos. *Que autor é este? 1995*. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

POSSENTI, Sírío. *Indícios de autoria*. Florianópolis: Perspectiva, 2002.

TFOUNI, Leda Verdiani. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, Inês. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 77-96.

_____. Letramento e autoria: uma proposta para contornar a questão da dicotomia oral/escrito. *Revista da ANPOLL*, Campinas, vol. 18, p. 127-141, 2005.